



Jornal da FAED



Informativo do Centro de Ciências da Educação da UDESC - ano III - nº 21 - julho de 1997

EDITORIAL

Finda mais um semestre ... o primeiro da gestão "FAED rumo ao terceiro milênio". A primeira vista, um diagnóstico mais exigente revela que algumas coisas poderiam ter sido diferentes. No entanto, é notável a nova dinâmica observada no processo de administrar a FAED, mesmo com as ainda residentes e resistentes carências, insistem em dificultar o bom desempenho do nosso Centro. Aliás, é bom que se diga, que estes contratempos não foram motivos suficientes para interferir no entusiasmo da Direção em perseguir um ensino de boa qualidade, o que tem sido a marca dos nossos Cursos, nos últimos tempos. Também, nosso lema de campanha - lutar para a redução dos atritos existentes entre Reitoria e FAED - tem apontado para uma sensível melhora neste relacionamento. Se por um lado avançamos, por outro continuam grandes as dificuldades de substituição daqueles servidores administrativos que não mais trabalham aqui, por razões de aposentadoria, demissão ou saúde. Isto tem sido uma grande batalha, até o momento, inglória. Mas, temos muitos fatos que podem ser contabilizados como conquistas: a solidificação do curso de mestrado, o crescimento dos cursos de especialização; o aumento de projetos de pesquisa e de extensão; uma notável integração da maioria do corpo docente e técnico-administrativo, comprometidos com a melhoria das condições de trabalho, mesmo sem ter o ideal em espaço físico e materiais; um visível aumento de participação política nas discussões acadêmicas; sensíveis modificações na organização administrativa, nas Direções e nos Departamentos ... Também podem ser considerados conquistas as melhorias do laboratório de informática; a implantação da informatização do registro acadêmico, a "pleno vapor"; e a implantação informatizada de novo e moderno sistema para a Biblioteca Setorial.

Porém, entendemos que uma das maiores conquistas foi o compromisso de buscarmos as negociações necessárias para a construção das novas instalações do Centro de Ciências da Educação. Já recebemos o projeto definitivo da obra. E mais ... mantida aquela idéia aprovada pela própria comunidade da FAED. O mês de agosto é o tempo necessário para a tramitação do processo de licitação e julgamento da empresa ganhadora e habilitada a construir a nova sede de nosso Centro.

Comunidade Faediana, o próximo semestre está aí, batendo à nossa porta ... Serão muitas as atividades, discussões e decisões que nos esperam. Nesta nave, que decolou em fevereiro, estamos ainda em fase de arrancada e de aceleração. Muita coisa ainda vem pela frente ... este é um semestre de Semana da FAED, Jornada Acadêmica e de Iniciação Científica, seleções nos cursos de pós-graduação, início da construção da nossa nova sede, de minutas e de resoluções, de novos currículos, ... ufa !!! Epa, epa !!! Nada disso, estamos só começando. Vamos lá ...

Prof. Osni Mazon Debiassi
Diretor Geral da FAED

Profª Jimena Furlani
Diretora Assistente de Ensino



Professores da FAED que participaram do XIX Simpósio Nacional de História, em Belo Horizonte

Norberto Dallabrida declara: "É muita pretensão comparar a UDESC às (milenares) universidades européias"

Em entrevista ao Jornal da FAED, o ex-Diretor Assistente de Ensino comenta a gestão da Professora Maria da Graça Soares, fala de São Paulo e da USP, de política internacional e diz que "esse pessoal da Qualidade Total acredita que o único indicador de produtividade de uma universidade é gestão administrativa" (p. 3.).

A Nova LDB: Caminhos e Desafios

Leia na página 5 artigo da Profª Zenir Maria Koch.

Meursault e a Pietà

Leia na página 8 conto do colaborador Jairo Cardoso

A DIREÇÃO INFORMA

✓ Quanto à construção do novo prédio da FAED, estamos confiantes e, de acordo com as tratativas feitas, as obras terão seu início o mais breve possível. Se não ocorrerem entraves de força maior, poderemos estar nos transferindo de sede no início do segundo semestre de 1998. Hoje, a tramitação do projeto está sendo desenvolvida junto ao Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas do Estado. Temos aqui o dever de registrar que, tanto da parte da Direção, como dos técnicos do DEOH, temos recebido um atendimento muito bom, o que nos deixa orgulhosos, pois órgãos com bom atendimento elevam o nome do serviço público. Temos o dever, também, de registrar o interesse demonstrado pelo Reitor, Professor Raimundo Zumblick, que nos tem acompanhado em vários contatos com o DEOH, dando-nos apoio e, muitas vezes, facilitando os contatos necessários com os órgãos responsáveis, onde estudos do projeto dependem de análise.

✓ A partir do mês de agosto a FAED contará com cinco novos colegas docentes, aprovados no último concurso público. São eles: Nadir Esperança Azibeiro (DEEE), Denise Soares Miguel (DEEE), Francisco Canella (DFE), Zenir Maria Koch (DEEE) e Elisa Maria Quartiero (DEEE). Sejam bem vindos à nossa FAED !!!

✓ Atenção ALUNOS:

Mais um semestre letivo está começando e, novamente, você tem a possibilidade de estudar Inglês e Espanhol através do convênio THE LANGUAGE CLUB (antigo One Way) e FAED/UDESC. Os cursos oferecidos neste semestre são Inglês básico e intermediário e Espanhol básico. A metodologia adotada é a COMUNICATIVA, o que garante um resultado bastante rápido. Início das aulas: 19/ago/97; Matrículas: 2ª. semana de agosto. **Preços:** Alunos e ex-alunos/FAED= à vista R\$ 260,00 com 5% desc.= R\$ 247,00 ou 5X R\$ 52,00; não-alunos/FAED= à vista R\$ 295,00 com 5% desc. = R\$280,25 ou 5X R\$ 59,00. Não perca esta oportunidade, garanta sua vaga !

Expediente

Centro de Ciências da Educação - FAED

Diretor Geral: Osni Mazon Debiasi; Diretora Assistente de Ensino: Jimena Furlani, Diretora Assistente de Pesquisa e Extensão: Maria Paula Casagrande Marimon; Secretária Geral: Hellen Fernandes Macarini da Silva.

Jornal da FAED é uma publicação mensal do Centro de Ciências da Educação da UDESC. Rua Saldanha Marinho, 196, Centro, Florianópolis - SC, CEP 88010-450 - Fone (048) 222 5722 - Fax (048) 222 5356.

Conselho Editorial: Jimena Furlani, Enio Luiz Spaniol, Gláucia de Oliveira Assis e Fernando Moreira.

Jornalista Responsável: Enio Luiz Spaniol (DRT 962/SE)

Revisão: Fernando Moreira

Diagramação: Jairo Cardoso

Artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

DAOM

Gostaríamos de destacar nesta coluna, a necessidade de acadêmicos nos órgãos desta Instituição, onde nos foi concedida uma certa representatividade. São eles o CONSEPE, o CONSUNI, o CONCENTRO e também nos próprios Departamentos e Colegiados de cada Curso, principalmente nos de Pedagogia e de Biblioteconomia. Nestes órgãos são tomadas decisões que influenciam diretamente no nosso cotidiano acadêmico e, no entanto, ficamos à parte dessas decisões, aceitando-as passivamente ou, quando muito, reclamando nos corredores. Exemplos podem ser citados aos montes, como a multa de entrega de livros atrasados na biblioteca; o preço de um diploma ou de qualquer outro documento nesta Faculdade; o mau funcionamento de alguns setores, destacadamente a biblioteca, com sua arcaica e precária sistematização de dados bibliográficos, através de "fichinhas", que, além de ultrapassado, é extremamente ineficiente. Quem, aluno da FAED, não encontrou fichas com às quais os livros não existiam, ou então, não encontrou livros sem fichas? Além disso, vale destacar que o fechamento da biblioteca ao longo do primeiro semestre, em horário de grande circulação, foi de matar...

Tudo isso continuará acontecendo se continuarmos escusos a reclamações com os colegas e não nos fizermos representar, exercendo verdadeiramente nossa atividade enquanto acadêmicos. Por isso, reiteramos nossa preocupação e pedimos que os interessados nos procurem, para discutirmos e pensarmos nestas questões, bem como para que tenhamos voz nestes órgãos da Universidade.

Vale destacar, ainda, que precisamos pensar no futuro do Diretório Acadêmico, que, com certeza, não consegue abarcar todos os cursos, visto que a participação no DAOM geralmente conta com pessoas de um ou dois cursos apenas. No Calendário Acadêmico, consta uma reunião por mês, onde pretendemos analisar e debater tudo isso, contando, obviamente, com a participação dos colegas.

Para finalizar, vale saudar a galera que está chegando para os cursos de História, Biblioteconomia e Pedagogia: SEJAM BEM-VINDOS!, lembramos que também estão convidados a participar e se inteirar do que rola nos bastidores da FAED, destacando, além dos problemas, os momentos de festa e descontração, promovidos freqüentemente pelos cursos.

Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina

ADFAED

- S. Sind. -

ANPG acha mudança nas bolsas do CNPq prematuras

A Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) considera prematura a mudança proposta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que modifica os critérios para concessão de bolsas de mestrado e doutorado. A Coordenadora Geral da entidade, Elvira Maria Ferreira Soares, queixou-se da falta de tempo para debater a mudança, que deveria "ser precedida de uma política de Ciência e Tecnologia mais incisiva, a ser debatida com toda a sociedade".

Elvira Soares criticou a inexistência de qualquer estudo preliminar que demonstre a necessidade de tal mudança e a forma escolhida para implementá-la. "Esta proposta poderia ter sido alvo de um programa piloto que demonstrasse a viabilidade e competência desse sistema", disse. A coordenadora afirma, ainda, que o CNPq deveria permitir uma avaliação e uma flexibilização, para implementar o novo modelo "sem provocar traumas ao atual sistema de pós-graduação".

A ANPG considera o CNPq incoerente ao propor reforçar os grupos de pesquisa no Brasil, de forma independente das universidades e dos programas de pós-graduação, exigindo, ao mesmo tempo, a vinculação do pesquisador à universidade. Além disso, o pesquisador deve ter, ainda, o respaldo dos cursos de pós-graduação e o reconhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para Elvira Soares, a nova sistemática para distribuição de bolsas "relegou a segundo plano" a área de ciências humanas. A atual proposta está dirigida para as áreas das ciências exatas e da saúde", afirmou. A ANPG informou, ainda, que "não aceita em hipótese alguma" a obrigatoriedade do pesquisador exercer a função docente, conforme prevê a proposta do CNPq.

Agência de Notícias ANDES

Correspondência enviada pelos professores da FAED à PROCOM:

Florianópolis, 11 de julho de 1997

Ilma. Sra.
MARIA HELENA KRUGER
PRÓ-REITORA COMUNITÁRIA
UDESC

PREZADA SENHORA:

Nós, mulheres e homens, professores e professoras da FAED, tendo tomado conhecimento do curso de férias oferecido por essa Pró-Reitoria, intitulado "Reciclagem para motoristas específico para mulheres", temos o seguinte a declarar:

1. A palavra "reciclagem" é imprópria, pois entendemos que não se "recicla" pessoas (aplica-se para materiais);

2. O termo "específico para mulheres" denota exclusão e preconceito: por acaso mulheres dirigem diferente do que os homens?

3. Pensamos que compete a essa Pró-Reitoria, sim, oferecer cursos de conscientização quanto ao trânsito, que proporcionem reflexões acerca do tema, mais que "reciclar" pessoas.

4. Sugerimos cursos como: motoristas e relações de gênero ou similares, que denotem relações.

Atenciosamente, Professoras e Professores da FAED.

NORBERTO DALLABRIDA: COSMÉTICO MARKETEIRO

Entrevista concedida a Jairo Cardoso

Entrevistar Norberto Dallabrida para esta edição foi a tarefa mais grata que desempenhei nestes três anos de Jornal da FAED. Era final de tarde de uma quarta-feira nublada e marcamos um encontro no Café da Alfândega, com suas mesinhas de mármore e demais acessórios existencialistas. Mas, como o velho Alzemi Machado não estava presente para impor o conhaque sartreano, a conversa foi mesmo movida a chopp - como não podia deixar de ser, em se tratando de Norberto.

Logo na primeira resposta, percebi que ele não estava para meias-palavras. Aliás, Norberto nunca foi dado a evasivas, basta lembrar a contundência de seus editoriais, na fase romântica do Jornal da FAED. Entretanto, o que talvez pudesse deixar meus colegas colaboradores apreensivos, receosos das repercussões políticas, muito me satisfaz: há tempos, creio, não se lê neste jornal opiniões tão lúcidas e fundamentadas, dignas de um intelectual atualizado e, sobretudo, responsável.

A metáfora dos "mauricinhos e patricinhas" da Qualidade Total foi a síntese mais feliz deste "frenesi neoliberal" (outra expressão deliciosa, acho que do saudoso Mário Henrique Simonsen), que, na opinião de Norberto, não passa de um cosmético marketeiro da cúpula do Itacorubi. Sua avaliação do que não é extraordinário para um professor universitário é sutil, mas deixa as interpretações para o leitor, pois, repetindo um bordão não muito original, para bom entendedor, meia...

Jairo Cardoso - Você participou da gestão da Professora Maria da Graça Soares como Diretor Assistente de Ensino. Qual sua avaliação pessoal da administração Graça Soares?

Norberto Dallabrida - Bem, a Graça me lembra o quadro "A liberdade guiando o povo" do Delacroix, aquele que tem uma mulher com uma bandeira tricolor, liderando uma revolução. Sob o ponto de vista administrativo, a sua gestão foi marcada pela democratização do Centro, isto é, pelo respeito rigoroso às instâncias deliberativas, mantendo sempre diálogo aberto, e pela transparência nos atos político-administrativos. Houve um tratamento igualitário e maduro com todos os cursos e departamentos. Aliás, foi isto que me motivou a participar da sua gestão, além do seu modo de trabalhar e de suas posições políticas. Veja, foi a direção que tomou a iniciativa para desmembrar as coordenações dos cursos de geografia e história, antes unidas numa única coordenação, entendendo que cada curso deveria ter a sua autonomia administrativa e pedagógica. Ela até exagerou, pois, realizou eleições para cargos de confiança, entre funcionários e professores, o que alguns sociólogos chamam de "democratismo". Acredito que FAED avançou com a implantação do Mestrado em Educação e Cultura; o vertiginoso crescimento da pesquisa; a retomada de forma sistemática do projeto pedagógico; a normalização da FIEPE; a participação no Projeto Magister, apesar de algumas resistências; as iniciativas para começar a construção do novo prédio do Centro no Itacorubi e... sei lá. Na verdade, nos últimos anos dois ou três anos, a FAED cresceu como um todo, por iniciativa de diversificadas pessoas e instâncias, tais como núcleos, o PET da Geografia, a Semana da FAED, muitas vezes sem a intervenção direta da direção. Acredito que na gestão da Professora Graça, a direção oportunizou e estimulou, de forma significativa, iniciativas acadêmicas, ou, como diriam as patricinhas e

Acredito que na gestão da Professora Graça, a direção oportunizou e estimulou, de forma significativa, iniciativas acadêmicas, ou, como diriam as patricinhas e os mauricinhos da Qualidade Total, "a direção criou ambiente"

os mauricinhos da Qualidade Total, "a direção criou ambiente". Acho que, apesar do esforço, como diretora geral, a Graça poderia ter sido mais agressiva na política externa. Por outro lado, a sua gestão foi "excluída" sistematicamente pela Reitoria, com algumas exceções, é claro. Não quero entrar em detalhes, pois muitos

fatos foram divulgados pelo JF, mas, a título de reflexão, gostaria de constatar que o modelo de gestão administrativa da UDESC tem sido centralizador na pessoa do Reitor. Isto até a própria cúpula itacorubiana reconhece. Por exemplo, o orçamento da Universidade é centralizado e não há políticas claras de distribuição de recursos. Nós aplaudimos o orçamento participativo como em Porto Alegre, mas somos incapazes de questionar a nossa situação interna. Aliás, tenho dito que o mais grave não é a política centralizadora, mas a letargia da "sociedade civil" acadêmica frente a esta situação. E, nós, um Centro que reúne as Humanas e a Educa-

ção, que estudamos os mecanismos de poder, os modelos de administração escolar, etc., deveríamos ter a ousadia para questionar... Ou vamos esperar que as áreas tecnológicas o façam? Neste aspecto, a associação da FEJ está na vanguarda: leia o seu jornal. Aliás, todo o cidadão universitário deveria acompanhar esta problemática. Outra questão que me intriga é a Qualidade Total, cuja idéia não sou contra: discordo da forma de condução e de divulgação. No último Jornal da UDESC li a seguinte manchete: "UDESC é exemplo mundial". Pensei com os meus botões, estamos na vanguarda, ultrapassamos as milenares universidades europeias e as calvinistas instituições de ensino superior norte-americanas. Por gentileza, é muita pretensão para uma universidade que está debutando nos mestrados e tem "publicação doméstica". Esse pessoal da Qualidade Total acredita que o



Jairo Cardoso - Como foi retornar à atividade acadêmica, especialmente numa cidade cosmopolita como São Paulo?

Norberto Dallabrida - Como se dizia no final da Idade Média: "o ar da cidade liberta". A convivência com a cidade de São Paulo e a USP me ajuda a entender melhor Florianópolis e a UDESC, assim como a recente invasão à Marte está permitindo maior entendimento da Terra... (risos). Lá em São Paulo tudo é maximizado: as oportunidades acadêmicas e culturais, o trânsito, a poluição, o stress, etc. Por exemplo, vi uma exposição de fotografias e vídeo sobre Canudos e a exposição do Monet no MASP, que, como disse o Marcelo Coelho da Folha é mais expressionista. Em Pinheiros, abriu recentemente o "Shopping Cultural Ática", o primeiro supermercado cultural do país, com quatro pavimentos de livros e discos, com terminais de computador e lanchonete. É uma beleza. Há muitas livrarias, sebos... A USP é aquela estrutura moderna onde tudo é longe, mas tem um ótimo espírito universitário e múltiplas oportunidades acadêmica e culturais.

Jairo Cardoso - Como é deixar de ser um burocrata em Florianópolis para tornar-se um estudante em São Paulo?

Norberto Dallabrida - Nunca fui um burocrata com DE, pois, como diretor continuei a orientar alunos da graduação, pesquisar e publicar alguma coisa. É uma questão de ênfase... A experiência na administração foi muito positiva, embora não acho salutar, sob o ponto de vista acadêmico, ocupar cargos administrativos que absorvam 40 horas por muito tempo. Eu gosto de ser aluno... agora mesmo estou escrevendo dois trabalhos de conclusão disciplina: pesquisar e escrever é uma atividade frenética, uma mistura fina de dúvida e prazer. Enfim, encaro a fase de capacitação como um momento rico para abertura de horizontes acadêmicos, leitura, reflexão e produção. Mas, não é lá tão extraordinário para quem é professor universitário...

Jairo Cardoso - Qual sua opinião sobre as recentes vitórias da esquerda europeia, após o ciclo de queda dos regimes socialistas e conseqüente ascensão de governos liberais?

Norberto Dallabrida - As recentes vitórias do Partido Trabalhista na Inglaterra, do Partido Socialista na França e nestes dias da esquerda mexicana com Cárdenas, têm importante função política na medida que contestam o pensamento único neoliberal dos anos 80, 90... Mas, esta "esquerda social-democrata" tem uma grande responsabilidade de pensar uma alternativa na atual conjuntura marcada pela globalização. Falando da impossibilidade do projeto guevarista na América Latina, o Castañeda, assessor dos fóruns da esquerda latino-americana, disse que os governos de esquerda têm que pensar alternativas no interior da economia de mercado. O Tony Blair e o Jospin certamente não vão estatizar o que foi privatizado, mas já taxaram os lucros das grandes empresas. Vejo isto com esperança, mas é muito cedo para avaliar.

ECOS DE UM PASSADO SILENCIADO

Violência e relações de poder no cotidiano brasileiro

Rogério Rosa Rodrigues

A violência que reina no Brasil só é denunciada quando aflora em pancadarias, assassinatos ou torturas, como os episódios ocorridos ao longo deste ano em Diadema (SP) e Cidade de Deus (RJ), cometidos pelos soldados da polícia militar. Os meios de comunicação, nesse momento, bombardeiam o povo com imagens (como numa sessão fotográfica de um produto à venda), apelando para o sentimentalismo e culpabilização do espectador. Não que isso não valha a pena (não cabe aqui discutir o certo e o errado), mas essa abordagem impressionante acaba encobrindo o motivo que leva as pessoas a agirem assim. Se olharmos para trás, veremos que essa prática está arraigada nos processos de relação estabelecidas na sociedade colonial brasileira, uma vez que nesta, a violência era quem (ou o quê) mantinha e assegurava nossa dependência em relação à metrópole.

Se pensarmos que o açoite foi utilizado pelos senhores a fim de punir os escravos, sem, contudo, interromper o sistema produtivo e que estes, no interior desse sistema, eram reconhecidos e vigiados, não só pelo senhor, ao qual estavam submetidos, como também por toda a teia social, que estabelecia e delimitava os espaços de cada um, perceberemos que tanto naquele

época, como atualmente, a base do sistema é de violência. Violência esta que ultrapassa a agressão física e se solidifica no convívio social, através da crença na manutenção da ordem e conseqüente progresso do país. Em ambos os casos, o que leva alguém a torturar e, até mesmo, matar o outro, não é só o fato de identificá-lo como *outro*, portanto, estranho, mas principalmente, por saber que pode, ou seja, por estar estabelecido naquilo que Roberto Pompeu de Toledo (articultista da Revista VEJA) chamou de "substituição não escrita, que regula as relações internas dos grupos sociais".

O interessante é salientar que esse poder é reconhecido e reproduzido pela sociedade, desde que seja moderado, justo, ordeiro. Ele se faz presente na intimidação, na coerção, estendendo-se à relação no interior da família, grupos de amigos, Estado, e assim sucessivamente. No entanto, ele não só assegura o poderio existente, como estabelece códigos comportamentais que dissimulam as diferenças, criando um certo "equilíbrio", que se rompe quando alguém foge à regra. E aqui cabe destacar que há um laço de vigilância mútua, que não é exercido apenas de cima para baixo (basta lembrarmos da deposição do ex-presidente Fernando Collor de Melo, que,

além de envolver interesses políticos específicos, conseguiu mobilizar, ao mesmo tempo, várias camadas sociais).

Retomando as denúncias de violências das quais falávamos acima, notamos que nesse momento (quando elas afloram nos noticiários), abre-se um campo propício para se discutir os emaranhados sistemas de dominação existentes, pois desnudam práticas dissimuladas na crença de que o poder serve para manter a ordem e está a serviço do povo. Mas, através do controle da mídia, prefere culpar o baixo salário dos policiais militares, como se apenas isso resolvesse o problema. Se isso bastasse, a nossa História o mostraria, porém, o que vemos, tomando como exemplo a chamada "Abolição dos Escravos", é que esta medida, isoladamente, não resolveu a situação de miséria da maior parte das populações de origem africana. Isso porque sua ação foi superficial (o que não quer dizer, sem importância), pois não mudou a forma como as pessoas viam e se relacionavam com estes povos.

Enfatizar e propagandear casos de violência, como os de Diadema e Cidade de Deus, leva, entre outras coisas, a encobrir não só o complexo jogo de interesses presentes na sua divulgação, como, também, a ocultar o verdadeiro caráter da violência

a que estamos sujeitos diariamente, sem sequer nos darmos conta. E o fato de não colocarmos esse jogo à vista, acarreta, entre outras coisas, a perpetuação desse poderio, e talvez, também uma canalização desse silêncio, através de uma reação contrária, como o elevado índice de criminalidade, presente entre as populações miseráveis, que testemunhamos diariamente. E aqui, se novamente recorrermos à História, veremos que essa população, embora submetida, sempre assumiu papéis de grande significação no seu dia-a-dia, seja buscando outras formas de viver, fora da instituída pela sociedade, seja encontrando meios de enfrentá-la, armando-se dos mesmos instrumentos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. O passado que não passa. In: *Revista VEJA*, São Paulo, 1997, 23 abril, p. 148.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro - 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Tanta normalidade ainda acaba conosco. In: *Revista VEJA*, São Paulo, 1997, 16 de abril, p. 142.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Muitos carros contra nenhuma cama. In: *Revista VEJA*, São Paulo, 1997, 30 de abril, p. 126.

Rogério Rosa Rodrigues é acadêmico da 7ª fase do Curso de História da FAED/UEFS

FIM DA ESTABILIDADE PARA QUEM? APENAS UM EPISÓDIO ISOLADO?

O governo FHC defende a quebra da estabilidade do funcionalismo público como um dos principais instrumentos para moralizar a máquina administrativa e reduzir os gastos do Estado. Na prática, entretanto, recusa-se a cumprir o Regime Jurídico Único (Lei 8112/90), quando se trata de exonerar uma má funcionária. Através de portaria assinada pelo próprio Presidente da República, a professora-fantasma da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Antônia Régia de Mendonça Fernandes, foi absolvida - depois de ter sido processada pela instituição, por abandono de cargo.

A professora Antônia Fernandes teve sua dispensa sugerida por duas comissões de inquérito constituídas pela UFRN, por jamais ter lecionado na universidade. Apesar disso, passou por diversas promoções profissionais e agora requer aposentadoria por tempo de serviço.

A portaria em que o presidente FHC absolve o "espectro", foi publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de junho.

O RJU autoriza a demissão de funcionários em várias situações. Entre elas, a inassiduidade habitual, que caracteriza o caso dessa professora.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) distribuiu uma carta aberta aos deputados federais, denunciando a ilegalidade e pedindo providências, no sentido de pressionar o governo a voltar atrás na decisão de proteger a funcionária "fantasma".

O Andes-SN chama a atenção também para a atitude contraditória do presidente FHC, que tem na quebra da estabilidade uma de suas principais bandeiras, mas não utiliza a lei - que já prevê demissões quando se trata de preservar a moralidade e garantir o bom funcionamento do serviço público. (SC)

Concessão de bolsas para a pós-graduação preocupa o meio acadêmico

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deve divulgar nos próximos dias, as novas regras para a concessão de bolsas de formação de pesquisadores. O projeto em estudo pelo Conselho Deliberativo da Casa, propõe que esse processo deixe de ser feito de maneira institucional e passe a ser da competência do professor-pesquisador. Assim, o CNPq, órgão do Ministério da Ciência e da Tecnologia, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação e Cultura, que alocam quotas de bolsas de estudos nos cursos de pós-graduação, deixariam de exercer o papel de intermediários entre alunos de mestrado e doutorado e o governo, para dar lugar à figura da agência e do professor pesquisador.

Se aprovado o novo modelo, caem as regras de concessão baseadas em indicadores qualitativos e quantitativos de cada curso, o que, segundo o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Tomás Aroldo da Mota Santos, abre uma brecha para proveito da agência e do professor pesquisador.

Ponto-chave - O mais preocupante nisso tudo, para a Andifes, é o fato de que, com o término da bolsa institucional, desrespeita-se a autonomia universitária, "garantida pela Constituição Federal e tão desejada por nós", explica Tomás. O presidente acrescenta que a pós-graduação é uma atividade da universidade, cabendo à instituição acompanhar todo o processo da pesquisa através de seus colegiados, que avaliam os resultados com base em critérios específicos.

Para a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Maria Cristina de Moraes, "a mudança desconhece a instituição. É uma atitude e um mecanismo de apadrinhamento pois, em vez de a relação ser com a instituição, é pessoal: entre o pesquisador e o governo".

A NOVA LDB: CAMINHOS E DESAFIOS

Zenir Maria Koch

Nosso propósito aqui, é discutir a política educacional na nova LDB. Antes, porém, é preciso definir o que é a LDB dando sentido político.

A LDB é a lei que estabelece os fundamentos e as diretrizes para a formulação da política educacional brasileira. Tem por objetivo organizar a educação nacional nos vários níveis, modalidades e redes. Apresenta uma concepção geral de educação que, sob o amparo de seus princípios e fins, vai definir a função social do processo educativo escolar.

Por isso, a lei não é apenas um instrumento técnico, o seu conteúdo é político porque sofre, na sua formulação, as influências das forças sociais, políticas e econômicas presentes na sociedade.

A 1ª LDB (Lei n.º 4.024/61) surgiu num contexto econômico marcado pela aceleração do desenvolvimento industrial, que exija uma política educacional voltada para a formação do capital humano, com ênfase especial na escolarização primária.

Esta Lei, resultado de longos anos de debate, teve alguns avanços que refletiam aquele momento político de democracia e de participação popular, como a obrigatoriedade do ensino nas quatro séries iniciais e a descentralização do sistema educacional.

Já a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692/71) nasceu no bojo do regime militar e carrega as marcas desta fase política. A educação foi vista como prioritária na formação de técnicos necessários ao desenvolvimento de uma economia voltada para os moldes internacionais. Esta política de caráter autoritário e burocrático, foi a lei do ensino profissionalizante de 2º grau.

A década de 80, caracterizada como período de luta pela democratização da sociedade, traz estes componentes à organização política brasileira (eleição direta em todos os níveis, formação de novos partidos políticos, etc.) e, conseqüentemente, à educação.

Em 1988, após o movimento pelas diretas já, elaboram-se as constituições federal e estaduais, que reúnem uma série de conquistas de interesse popular e, entre estas, alguns princípios da educação que se constituíram pontos polêmicos na LDB, como: a abrangência da educação básica, a gratuidade do ensino, a aplicação dos recursos públicos somente para a educação pública, a gestão democrática e a valorização do magistério.

Estas conquistas iniciais foram fruto de longa mobilização dos representantes das entidades dos educadores, de outros segmentos da sociedade civil, engajados na luta em defesa da escola pública e, também, da correlação de forças presente no Congresso Nacional, que comungavam dos mesmos interesses.

Os projetos de LDB que tramitaram no Congresso trazem as marcas desse embate, mas preservam ainda, as grandes conquistas, principalmente o aprovado na Câmara, graças às mobilizações dos educadores e os conseqüentes acordos que se estabeleceram com os parlamentares. Para melhor entendermos este processo, situamos a LDB e a sua história no Congresso Nacional.

O Projeto da LDB, como já nos referimos antes, surge no debate das questões educacionais, durante o processo de elaboração e aprovação da Constituição Federal, em 1988. Neste ano, o Deputado Otávio Eliseo, do PSDB/MG, reunindo as sugestões de outros deputados federais e de inúmeras entidades (educacionais, estudantis, sindicais, científicas e governamentais), elabora o Projeto da LDB e o apresenta na Comissão de Educação, Cultura e Desportos. Esta proposta foi amplamente debatida com os representantes dos setores organizados da sociedade e por especialistas/profissionais da educação de variadas tendências pedagógicas. Após, o projeto sofreu inúmeras emendas e teve que ser submetido à apreciação. Sobre o assunto, o Dep. Florestan Fernandes se manifestou:

"criou-se uma situação absurda, pois aquilo que havia sido aprovado, em seguida foi deturpado (...) Nessas condições, o projeto de lei que resultará da elaboração final será um projeto descosido, com marchas e contramarchas, deixando de responder às exigências educacionais da presente situação histórica (Fernandes, 1993; In Rocha et alii, 1994:432).

Com a nova legislatura, houve mudanças de parlamentares, predominando a existência de maioria conservadora. Conseqüentemente, nas comissões, os deputados foram substituídos, sendo a Comissão de Educação presidida pelo Deputado Celso Bernardi (PFL/RS), com a relatoria da Deputada Angela Amin (PDS/SC). E de se destacar que a forte influência privatista determinou um debate mais acirrado entre os defensores da escola particular e da escola pública. Em virtude desta nova correlação de forças e das posições contrárias do MEC ao projeto original da LDB, a tramitação ficou praticamente paralisada nos anos de 1991 a 1992.

Em vista do emperramento do projeto, criou-se uma comissão suprapartidária de negociação, composta por representantes dos partidos, relatores das comissões e um representante do Governo. Desta nova rearticulação, os progressistas conseguiram fazer maioria na comissão, mas a coordenação ficou a cargo da Deputada Angela Amin.

A apresentação de vários relatórios pela Deputada, que implicavam em mudanças favoráveis aos grupos conservadores, retardou mais uma vez o processo. Face a isso, o FORUM articulou-se com os deputados progressistas, resultando numa negociação com o presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, que encaminhou um pedido de votação. O bloco governista na Comissão de Educação inviabilizou o trabalho, não comparecendo às reuniões. Nesse meio tempo, o projeto da LDB - do Deputado Jorge Hage foi atropelado pela entrada do projeto intitulado Lei da Educação, de autoria do Deputado Darcy Ribeiro (PDT/RJ).

O Projeto Lei da Educação incorporava interesses do Governo Collor e foi elaborado com a participação da equipe do MEC, assessorada pela antropóloga Eunice Durhan e dos senadores Maurício Correia (PDT/RJ) e Marco Maciel (PFL/PE). Este projeto não chegou a ser votado na Câmara em virtude da pressão do FORUM que realizou articulações junto aos deputados, impedindo a tramitação. Considerou-se este projeto, um retrocesso na elaboração democrática da LDB, por não ter a discussão e a participação da sociedade civil.

Só após o impeachment do Presidente Collor, com a mudança do Ministro da Educação, Professor Murilo Hingel, o projeto da LDB do Deputado Jorge Hage retorna à discussão, por ser de interesse político do governo "ter uma nova LDB". Sendo assim, a comissão suprapartidária de negociações, com uma nova composição de parlamentares, que favorece os interesses progressistas, busca o consenso em torno do Parecer da relatora da Comissão de Educação Deputada Angela Amin, e consegue fazer o encaminhamento, levando o projeto para votação. Em 1993, o Projeto da LDB, Lei n.º 1.258/88, foi aprovado na Câmara e encaminhado para votação no Senado.

No Senado, inicia-se a tramitação na Comissão de Educação, tendo como relator o Senador Cid Sabóia (PMDB/CE). Como Substitutivo Senador Cid Sabóia, o Projeto de Lei n.º 101/93 foi aprovado na Comissão de Educação, preservando o projeto originário da Câmara.

Após a aprovação na Comissão de Educação do Senado, o Substitutivo do Senador Cid Sabóia é submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça. Nesta, o projeto é analisado e recebe o parecer do relator, Senador Darcy Ribeiro, com uma série de emendas e se constitui em outro projeto, o Substitutivo Senador Darcy Ribeiro.

O novo Projeto de LDB apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro é aprovado

rapidamente na Comissão de Educação, com o Parecer 30/96 e, imediatamente, no Senado, com o Parecer 72/96. A aprovação causou transtornos na definição da LDB, o Congresso passou a ter dois projetos tramitando - o que foi aprovado na Câmara (Projeto de Lei n.º 1.258-D/1988), e o Substitutivo Senador Darcy Ribeiro, aprovado no Senado, (Parecer 72/76).

Tendo em vista a existência de dois projetos aprovados, à Câmara, sob a relatoria do Deputado Jorge Hage (PFL/PE), caberia decidir, segundo as normas regimentais, qual dos dois seria a nova LDB. Para isso, houve nova disputa em plenário e o projeto Darcy Ribeiro foi aprovado em 17/12/96, incorporando parte do projeto original.

Analisando os capítulos da nova LDB que trazem estes fundamentos da educação brasileira, verificam-se mudanças aparentemente pequenas em relação ao projeto original, mas que vão alterar substancialmente a organização escolar (currículo, avaliação, etc.) e o sentido de participação da sociedade (gestão democrática).

No projeto original, coerentemente associado a uma concepção de educação, que vincula o processo educativo às relações humanas, sociais e culturais mais amplas, ao mundo do trabalho e a prática social defendeu-se a defesa de uma universalização da educação nos vários níveis e modalidades de ensino, garantindo, de início, o Ensino Fundamental público e gratuito e a sua extensão para a Educação Infantil e para o Ensino Médio.

Na Educação Básica, há nítida diferença de posição em relação aos objetivos, à organização escolar e ao currículo. No projeto original, estavam explícitas as diretrizes de cunho humanista-democrático, que garantiam a extensão da Educação Básica pública e de qualidade. A Nova LDB restringe este direito e dá maior flexibilidade à iniciativa privada. A Educação Infantil, que seria oferecida em creches e pré-escolas, como direito da criança e dever do Estado, na nova LDB, omite a presença do Estado. Constata-se, também, que não é determinado o nível de formação dos profissionais que deverão atuar nas creches e pré-escolas.

Na organização do Ensino Fundamental, retoma a velha estrutura dual, ao desdobrá-la em dois ciclos, provoca uma ruptura estrutural no ensino contínuo obrigatório de 8 anos. É um corte que antecipa a terminalidade. A proposta de tempo integral é boa, mas, aparentemente demagógica para um país que não resolveu o problema do acesso e da permanência nas séries iniciais.

Nesta Nova LDB o Ensino Médio também retrocede para a tradicional divisão entre a educação geral e a formação profissionalizante, quando é separada a formação básica geral da qualificação para o trabalho. A qualificação é deslocada e entendida como formação para o exercício técnico das profissões. Retira-se da União a responsabilidade para com o Ensino Médio e, mais especificamente, para com as escolas técnicas.

O caráter antidemocrático da nova Lei da Educação se evidencia claramente, nos aspectos relacionados à organização do sistema. Há uma visão fragmentada de sistema de ensino e retira-se do Conselho Nacional de Educação a função de órgão articulador com a sociedade, restringindo-o às funções meramente normativas e de supervisão. Do CNE também, foi retirada a função de planejamento, que estava prevista no projeto original, junto ao MEC e a sociedade.

No projeto original defendeu-se, também, uma nova organização do sistema educacional, articulando as várias instâncias do ensino orientadas pelos princípios da gestão democrática, entendida esta como espaço onde todos os envolvidos debatem as questões educacionais e elegem as prioridades, passando pela administração colegiada, pela escolha democrática dos dirigentes e pelo exercício e respeito à autonomia administrativa, pedagógica e financeira. A autonomia é um

direito constitucional e deve ser exigido do poder público no financiamento da educação, de acordo com os percentuais já estabelecidos por lei. É, através dessa garantia da responsabilidade financeira do Estado para com a educação, que se previa a valorização da qualidade de ensino e dos profissionais, através do investimento na formação, acompanhada de plano de carreira e de política salarial.

Na política neoliberal do atual governo, para o Estado interessa descentralizar funções e serviços, repassando-os da união para os estados e destes, para os municípios, principalmente o que implica em ônus financeiro para com a educação. A pretendida "descentralização" esta posta nos artigos relativos à "autonomia". Vê-se que é um meio de liberação e de redução da responsabilidade do governo para com a educação, especialmente, para com a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação Superior.

Na nova LDB o direito público à educação é enfocado como um direito subjetivo individual, não social. Nítida mudança de concepção do papel do Estado, no que tange ao financiamento da educação pública. O dever se restringe ao Ensino Fundamental (obrigatório e gratuito) e atinge os preceitos que garantiam, no projeto original, a Educação Básica de Jovens e Adultos e o atendimento às creches. Nesta Lei, autonomia significa retirar o Estado da intervenção social que afeta a manutenção da escola sobretudo, significa ter controle através do planejamento que é centralizado no poder executivo. Assim, cabe à União elaborar o Plano Nacional de Educação (art. 9º).

Na Educação Superior, a autonomia didático-científica, já garantida na Constituição, é ferida com a determinação na LDB de critérios e normas de seleção, de admissão e de promoção. O limite ao princípio da autonomia universitária, atinge o sistema de avaliação. No projeto original previa-se avaliação das condições de funcionamento da escola na busca de soluções para melhoria qualitativa do ensino universitário. Na nova LDB, prevê-se a avaliação dos resultados, como instrumento para medir produtividade, uma forma avaliativa externa, que exclui a participação da escola (aluno-professor). Ainda em relação a Educação Superior, o tipo de avaliação proposta e a nova organização de cursos sequenciais por campo de saber, nos chamados Centros não claramente definidos, compromete a qualificação profissional. Altera os objetivos da educação superior, dissociando o ensino da pesquisa e da instituição.

A formação do magistério é deslocada da academia e dirigida para os institutos, não necessariamente universitários, ficando a formação a nível de ensino médio indefinida. O ensino normal, que no projeto anterior era entendido como modalidade integrada a Educação Profissional e à formação básica geral, não é mencionado na Seção IV do Ensino Médio e no Capítulo III da Educação Profissionalizante. Apenas faz-se referência no Título VI - Dos Profissionais da Educação.

Neste momento em que se processa a reorganização do ensino, em todos os níveis através da regulamentação dos sistemas, é necessário que a categoria do magistério esteja mobilizada em torno dos pontos aqui levantados e de outros que afetam diretamente o profissional e a Educação Superior.

É preocupante a desmobilização da categoria, que ainda não atentou para as alterações que a LDB coloca em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. Para dar início ao debate na FAED, lançamos estas questões:

Que destino será dado às Faculdades de Educação e suas Licenciaturas?

Como fica a reorganização curricular do Curso da Pedagogia com a nova LDB?

Professora Colaboradora da UDESC/FAED. Parte deste artigo é resultado da análise efetuada com os alunos da 6ª fase de Pedagogia, Turma 1996/2 - UDESC/FAED - Estrutura e funcionamento do Ensino.

Bibliocanto

Wanja Marques de Carvalho
Chefe da Biblioteca Setorial



COMUT - A Biblioteca Setorial/FAED já tem condições técnicas de atender aos pedidos de fornecimento de cópias de documentos, através do sistema COMUT, de comutação bibliográfica. As pessoas que tiverem interesse em fazer uso do mesmo, deverão procurar as bibliotecárias Sônia Maria, Léa Regina e Wanja, nos turnos da manhã, tarde e noite, respectivamente, para retirada do formulário, que deverá ser preenchido com os dados necessários e suficientes a recuperação da informação. O processo tem um custo mínimo de \$R1,50, que é cumulativo a partir de cada 5 páginas que se pretenda solicitar.



BASES DE DADOS - Professores e alunos de pós-graduação que desejarem realizar pesquisa bibliográfica, recuperação de resumos e textos, através das bases de dados da OCLC ou da British Library, já podem utilizar as senhas que estão disponíveis para a Biblioteca Setorial. O alto custo das assinaturas impede que se estenda o serviço aos alunos de graduação. Adiantamos que as duas bases mencionadas possuem apenas textos em língua inglesa. A recuperação através do sistema da British Library tem um custo mínimo de \$ R10,00 para a recuperação de documentos.



PERIÓDICOS - A dedicação e o empenho da bibliotecária Sônia Maria e dos bolsistas Maurício (História) e Isabela (Geografia) já são visíveis. Realmente é perceptível a diferença que se nota no layout e na organização dos periódicos e relatórios que estão disponíveis para consulta no Piso Inferior da Biblioteca. É lamentável que não possamos garantir a manutenção do serviço; a falta de bolsistas para os períodos vespertino e noturno tornam difícil o atendimento no setor mencionado. Esperamos que os usuários colaborem e procurem manter a ordenação das caixas-arquivo e de seu respectivo conteúdo.



PROCESSAMENTO TÉCNICO - A Biblioteca está regularizando a situação de parte de seu material bibliográfico, que estava sem tratamento técnico. A Direção Geral nos concedeu, por quatro meses, duas bolsistas do Curso de Biblioteconomia (Roseli e Denise), que já processaram mais de quinhentos livros, inclusive datilografando as fichas e disponibilizando os mesmos para empréstimo.



IDENTIDADE - Acatando sugestão da bibliotecária Léa Regina, recorremos ao Setor de Apoio Administrativo (Andréa), para que providencie crachás para os funcionários e bolsistas da Biblioteca. É muito mais polido e agradável saber a quem estamos nos dirigindo e a quem recorrer para pedir o apoio necessário à localização de material e à prestação de serviços específicos.

PEDAGOGIA - MUDANÇAS NO 2º SEMESTRE

Profª Gladys Mary Teive Auras

***PROJETO MAGISTER** - No dia 07.07.97, os professores que atuarão durante o segundo semestre, na 3ª fase do Projeto Magister/Pedagogia, reuniram-se com os alunos e a coordenadora do Curso, para discutir o currículo e seus componentes (para quê?, o quê?, quando?, como ensinar? e como avaliar?).

Partindo do pressuposto de que a clientela do referido curso constitui-se, na sua totalidade, de professores em efetivo exercício da docência, discutiu-se a necessidade de, além de um currículo centrado nos princípios da racionalidade técnica e da razão instrumental, avançar para um currículo baseado, também, na "prática reflexiva".

As aulas terão início no mês de julho (21 a 24) de forma concentrada (o dia todo), reiniciando no dia 1º de agosto, sempre nos finais de semana (sextas-feiras à noite e sábados durante todo o dia).

***DISCIPLINAS OPTATIVAS** - No segundo semestre do corrente ano, mudaremos a forma como vem sendo feita a escolha das disciplinas optativas no Curso de Pedagogia.

A partir do mês de agosto, serão instituídos os "Ciclos de Debates/ Optativas", abertos a todos os alunos do curso, nos quais os professores apresentarão e debaterão com os alunos sobre suas disciplinas.

No dia 11.08, às 19 horas, acontecerá o primeiro debate, com a participação do professor Maurício A. dos Santos, do Curso de Geografia, que discutirá sobre a disciplina Ecologia, uma das vinte e duas optativas oferecidas pelo curso. O calendário da FAED para o segundo semestre traz as datas e horários dos ciclos, que acontecerão mensalmente.

***GRC** - O Grupo de Reestruturação Curricular (GRC) do Curso de Pedagogia (implantado em março deste ano) será reforçado, no segundo semestre, com a presença dos professores aprovados no último concurso público e dará continuidade às atividades previstas em seu calendário.

No mês de setembro, por ocasião da Semana da FAED, o grupo deverá apresentar à comunidade faediana a análise do currículo em vigor e dos dados sistematizados pelo Grupo de Sistematização do Projeto Pedagógico (GSPP), trabalho desenvolvido no primeiro semestre.

A análise dos currículos novos das principais universidades do país e os colóquios sobre currículo de formação de professores, LDB, PCNs, etc., serão algumas das atividades a serem desenvolvidas pelo GRC no segundo semestre, como subsídio para a elaboração do novo currículo do curso de Pedagogia.

***EXPRESSAS** - No dia 09.07.97 os formandos do curso de Pedagogia, Habi-

litações Orientação Educacional e Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, foram homenageados pelo patrono (Sérgio de Oliveira Ramos), pela parainfa (Gladys Mary Teive Auras) e pelos professores Francisco Canella, Gersolina Lamy, Vera Mendes dos Santos e Sabino Bussanelo, com um passeio no Hotel Fazenda Jomar, em Santo Amaro da Imperatriz.

***REUNIÕES POR FASE** - Visando discutir coletivamente o planejamento das diferentes disciplinas do curso para o segundo semestre, iniciamos, no mês de julho, as reuniões por fase. Dia 17/07 foram discutidas, pelos professores e pela coordenação do curso, as Habilitações Orientação Educacional (7ª e 8ª fases) e Administração Escolar (8ª fase). No mês de agosto, nos dias 11 e 12, haverá reuniões da 1ª à 6ª fase e da 7ª da Habilitação Magistério das Séries Iniciais.

***CONCURSO PÚBLICO** - Os resultados das provas do Concurso Público nº 02/97, realizado no período de 23 a 25 de junho findo, no Centro de Ciências da Educação, homologaram, para atuarem no Curso de Pedagogia, os seguintes professores: Zenir Maria Koch e Elisa Maria Quartiero (área de Administração Escolar); Nadir Esperança Azibeiro e Denise Soares Miguel (área de Orientação Educacional). Parabéns aos novos professores e que sejam bem vindos!

VI ENCONTRO DAS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA DA REGIÃO SUL 12 A 14 DE JUNHO/1997 - FLORIANÓPOLIS

Os seis Cursos de Biblioteconomia da Região Sul vêm se reunindo quase que sistematicamente a cada ano, para discutir e trocar experiências de currículo no Encontro de Escolas da Região.

A coordenação do Grupo Sul da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação - ABEED e o Departamento de Biblioteconomia da FAED/UDESC sediaram e organizaram o VI ENCONTRO DAS ESCOLAS DA REGIÃO SUL, sob a coordenação da professora Maria Helena Bier Maia e da professora Gisela Eggert, com apoio dos demais professores do Departamento.

O Encontro teve como objetivo discutir e praticar o fazer pedagógico, através de discussões teóricas e oficinas práticas de ensino, objetivando um ensino de biblioteconomia mais crítico e reflexivo.

O Encontro teve a contribuição de professores da USP, como a professora Nair Kobashi, do Grupo Tema, da UFSC (professora Maria da Conceição Manhães) e da UDESC (professora Gersolina Lamy Avelar).

A Coordenação da Região Sul e o Departamento de Biblioteconomia como promotores, acreditam que o encontro atingiu seu objetivo, proporcionando aos cursos a troca de informações e experiências, para que possam se fortalecer diante das mudanças colocadas para desregulamentação da profissão no Congresso Nacional. Cabe a cada curso construir e buscar instrumentos que possam melhor capacitar seus discentes para o mercado de trabalho.

O BIBLIOTECÁRIO: QUEM É ? O QUE FAZ? - O projeto de extensão coordenado pela professora Maria Emilia Ganzarolli, com a participação de professores e alunos do Curso continua a todo vapor. Durante este semestre foram realizadas visitas de divulgação profissional em Cursos pré-vestibulares, como: Energia, Solução... e Colégios, objetivando o Vestibular Vocacionado da UDESC, para o Curso de Biblioteconomia. Convidamos os interessados a se engajarem neste trabalho.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO INFO'97 - CUBA - A professora Maria de Jesus Nascimento, do Departamento de Biblioteconomia, teve seu trabalho aprovado no Congresso Internacional de Informação, com o tema: Produção do Conhecimento. O trabalho é parte de sua tese de doutoramento na Espanha. Parabéns à professora e ao Departamento.

ESTRATÉGIAS E QUALIDADE EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO - 1ª EDIÇÃO - O Departamento de Biblioteconomia estará abrindo as inscrições para seu Curso de Especialização, no período de 28 de julho a 15 de agosto, na DAPE.

O Curso objetiva qualificar profissionais no uso das novas tecnologias de informação, para o armazenamento, a organização e a recuperação da informação.

A clientela alvo são profissionais bibliotecários e das demais graduações.

Matérias organizadas e fornecidas pela Profª Gisela Eggert

História & Cia.

Profª Silvia M. F. Arend

- A Coordenação do curso, os professores e os alunos desejam boas vindas aos novos estudantes de História da FAED!
- Alunos participem... No mês de junho professores e alunos do curso de História elaboraram o projeto de criação do Núcleo de Estudos Históricos. O Núcleo será coordenado pelo professor Luiz Felipe Fação. Reuniões de estudo já estão acontecendo. Maiores informações na coordenação do curso com a professora Vera Schappo.
- Registrando... alunos e professores do curso de História FAED participaram, entre os dias 21 e 25 de julho, do XIX Simpósio Nacional de História, em Belo Horizonte. Foram apresentadas 13 comunicações sobre pesquisas desenvolvidas pelos docentes e alunos. Na próxima edição maiores detalhes sobre o Congresso e a viagem realizada pelos estudantes.

Curtas do NES

♥ A II Jornada Catarinense de Educação Sexual está chegando... Venha discutir os "Múltiplos olhares em Educação Sexual e Sexualidade". Inscreva seu artigo, pesquisa ou projeto na área. As inscrições para apresentação de trabalhos já estão abertas. Participe! Venha discutir conosco!

♥ Encerrando o primeiro semestre, o Núcleo de Estudos da Sexualidade e a Fundação Catarinense de Educação Especial promoveram uma Oficina de Sexualidade com os alunos dessa instituição, seguida de uma palestra sobre: "A Sexualidade da mulher e a condição deficiente: para além do estigma social". O trabalho apresentado pela aluna Maria das Graças Moukarzel, que concluiu o Curso de Especialização em Educação Sexual, revela a importância do curso: "Formação de Agentes Multiplicadores do Projeto de Educação Sexual nas Instituições Sociais".

♥ Fiquem ligados(as)! Vêm aí os Colóquios sobre Sexualidade. Os temas serão tratados ao longo do segundo semestre. A primeira discussão será no dia 05/08, às 19 h, na DAPE, sobre a História da Sexualidade em Michel Foucault, coordenada pela Profª Silvia Arend. Os interessados devem procurar a secretária da DAPE e se inscreverem.

♥ No segundo semestre também estão previstas Oficinas de Prevenção DST/AIDS. As datas serão divulgadas oportunamente.

FIEPE

Fundação Instituto de Extensão e Pesquisas Educacionais

Em nosso Centro apoia Cursos de Pós-graduação Lato-Sensu a nível de Especialização em:

- Alfabetização
- Educação Sexual
- Educação e Meio Ambiente
- Educação Infantil
- História Social no Ensino do 1º e 2º Grau
- Educação, Relações Raciais e Multiculturalismo
- Metodologia de Atendimento da Criança e do Adolescente em Situação de Risco

Informações: DAPE (048) 2229168

INFORMATIVO DO NEA

O Núcleo de Estudos Ambientais - NEA, com o objetivo de contribuir para o processo de discussão sobre a questão ambiental, no âmbito da comunidade universitária da UDESC e integrar o fórum permanente da sociedade civil, vem promovendo eventos de extensão sobre a temática ambiental. As reuniões do NEA no segundo semestre serão realizadas na DAPE, nas datas abaixo, das 14:00 às 16:00 h e são abertas a todos que se interessam pela questão ambiental.

- Agosto - dia 12;
- Setembro - dia 09;
- Outubro - dia 14;
- Novembro - dia 11;
- Dezembro - dia 09.

Neste segundo semestre, as atividades programadas pelo NEA são voltadas para as questões ligadas a Educação e Meio Ambiente, compreendendo a realização de 3 cursos de extensão, com duração de 20 h/a, que acontecerão na DAPE, sempre no período noturno:

AGOSTO: início do Curso de Especialização em Educação e Meio ambiente;

SETEMBRO: "A construção do conhecimento na teoria Histórico-cultural - a interdisciplinaridade e a transversalidade na educação";

OUTUBRO: "Geologia e meio ambiente";

NOVEMBRO: "Educação Ambiental: uma possibilidade de integração do currículo".

Sintonia FM

Fernando Moreira

Serviços Gerais & Qualidade Total - Depois do problema de falta de papel para impressão de documentos, começam a pipocar na FAED questões relacionadas com serviços gerais. Até que os poucos heróis que restaram de pé, esforçam-se para continuar mantendo a limpeza da casa dentro do mínimo aceitável. Só que tudo tem seu limite e se continuarem sendo sobrecarregados, acabarão, também, no estaleiro. E daí? Como ficará o asseio de nossos banheiros e salas de aulas? Só para avivar a memória dos "esquecidos", é bom lembrar alguns dados sobre os auxiliares de serviços gerais da FAED:

- número de auxiliares nos dois prédios: onze;
- número de auxiliares em licença para tratamento de saúde: quatro;
- número de auxiliares em pleno exercício (carregando um pesado piano): quatro.

O saldo de três corresponde a um servidor já aposentado; um servidor exonerado e um servidor falecido. O ingênuo colunista aqui do Jornal da FAED pergunta se não se justificaria um novo concurso público, para suprir as vagas deixadas pelos três últimos servidores citados acima. Será falta de verba ou de interesse? Chega de improvisações? Qualidade Total não é isso aí!

Serviço Público - Fábula contada pelos montanheses de Tennessee e Kentucky:

Havia uma vez um rei que contratou um profeta para prever o tempo para ele. Certa tarde o rei pretendia ir pescar e o local mais indicado ficava perto da casa de sua pequena favorita, e por isso o rei queria ir com a sua melhor roupa. Então perguntou ao profeta se achava que ia chover. E o profeta disse:

- Não rei; não vai nem pingar.

Então o rei vestiu sua melhor roupa e partiu para o lugar onde ia pescar. E no caminho encontrou um lavrador montado num asno e o lavrador disse:

- Rei, se o senhor não quiser ficar com essa roupa molhada, o melhor é voltar para casa, porque vai chover a cântaros.

E o rei disse:

- Contratei um profeta muito bem pago para prever o tempo para mim, e ele disse que não vai chover e não vai nem pingar. E o rei seguiu seu caminho. E choveu a cântaros e a roupa do rei ficou toda molhada e sua pequena favorita riu quando o viu. E o rei voltou para casa e despediu seu profeta e disse:

- Mandem buscar aquele lavrador.

E foram buscá-lo. E o rei disse:

- Lavrador, mandei embora meu profeta e quero contratar você para prever o tempo para mim.

E o lavrador disse:

- Rei, eu não sou profeta. Só olhei para o meu asno, porque quando vai chover, ele fica com as orelhas caídas e quanto mais elas caem mais forte vai ser a chuva, e essa noite elas não podiam estar mais caídas.

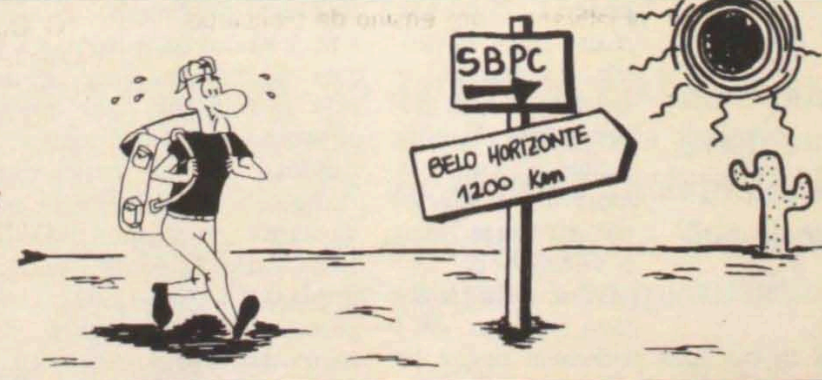
- Vá para casa, lavrador. Vou arranjar um asno para mim.

E foi assim que começou. E desde então os asnos vêm ocupando todos os empregos públicos de vencimentos altos.

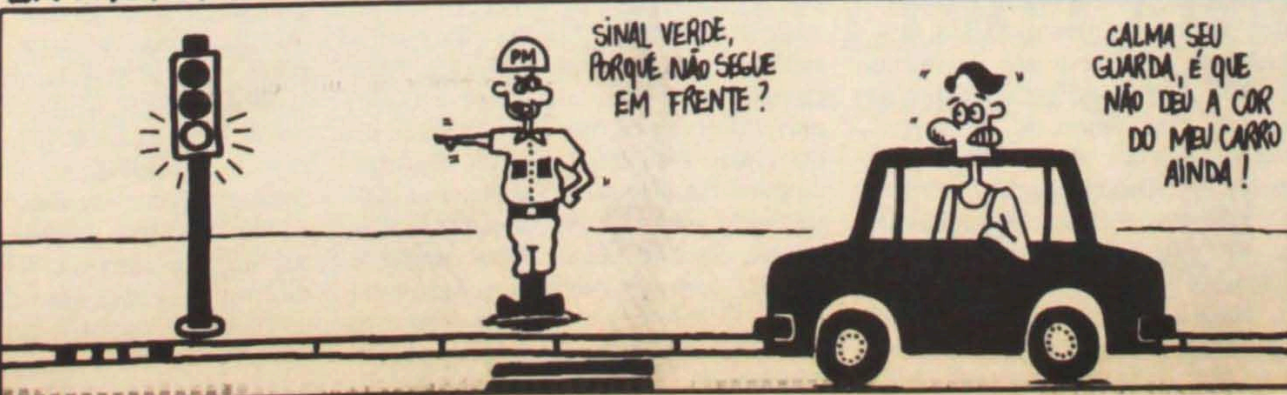
MENTIRAS

BIXO GEOGRÁFICO

TÔ DE FÉRIAS!



ENTRETIRAS



MEURSAULT E A PIETÀ

Jairo Cardoso

Cortei meu rosto de manhã cedo, com a lâmina de barbear, mas não sabia escrever que cortei meu rosto. Cortei meu rosto, olhei o sangue escorrendo pelo canto da boca e lembrei-me de um livro lido há muito tempo, quando ainda lia livros. Antoine era o nome da personagem cortou o rosto, sentiu uma náusea e sangrou filosofia. Não, não li o livro. Um sujeito me contou a história, um sujeito como eu, que um dia cortaria o rosto e também não sabia escrever. Pensei bastante no sangue escorrendo, mas não consegui pensar que eu não era mais aquele sangue, pensei apenas que ardia e estava com o rosto cortado. Estanquei o sangue com rai-va, pois teria de tomar cuidado para beber café, fumar cigarros, comer, beber café, fumar cigarros, beber conhaque e não abrir o corte novamente. Talvez ninguém se importasse com meu rosto cortado. Ninguém se importaria. A dona da pensão trouxe o café e não perguntou nada - nunca perguntava nada mesmo, nem dizia bom dia. Olhou atravessado para o corte, deve ter imaginado as piores coisas. Eu chegara tarde da noite, embriagado, tinha perdido a chave e pedi para a dona abrir a porta. Deve ter imaginado que me meti em confusão e já chegara com o rosto cortado; estava escuro, não dava para ver. Ou não imaginara nada, não se preocupava com os hóspedes. Só esperava que pagássemos o aluguel e não procurássemos outro lugar para ficar. Na mesa ao lado mãe e filha tomavam café. Não sabia seus nomes, nem o que faziam. A gurua era bonita e vulgar. A velha padecia doenças de todo tipo e só saía do quarto para comer. Usava muito o chuveiro, pois diariamente a dona reclamava do gasto de água, ameaçando aumentar o aluguel. Estava atrasado, mas continuei escutando a conversa das duas. A velha resmungava rancorosa, passara a noite com dor nos rins, quase morrera de desespero, enquanto a filha andava na gandaia. Um dia acordaria num caixão - e a filha nem ligaria. A gurua ouvia tudo de cabeça baixa, indiferente. A velha perguntou para mim, que era um sujeito trabalhador, se achava certo uma filha tratar assim a mãe doente. Não soube responder. A dona interveio do balcão, gritando que a velha não era doente coisa nenhuma, sempre levantava muito bem disposta e tomava café pelas duas. Também não podia brigar com a filha, que a sustentava. A velha insistia, o dinheiro era dela e a gurua gastava quase tudo na rua. Todos sabíamos quem ganhava o dinheiro, que a gurua trabalhava à noite, voltava de madrugada e que elas não iriam embora no mesmo dia, como a velha vivia anunciando. Bebi o café, razoável,

não comi o pão lambuzado de manteiga, seco, e resolvi ir para o serviço. A dona começou a recolher a louça, a gurua foi para a janela, a velha levantou indignada. Passou por mim e perguntou do corte. Respondi que me metera em confusão e cortara o rosto com um caco de garrafa. A velha não gostou e tive esperança de que passasse a me tratar com menos consideração. À noite chegaria mais cedo e pediria uma chave nova, decidi, cruzando o umbral da porta. Então a gurua me lançou um olhar de comiseração e cumplicidade. Não compreendi, mas não queria pensar na gurua vulgar. Fumava o primeiro cigarro do dia descendo a servidão que dava na rua geral. Fumava com pressa, para o cigarro acabar antes de pegar o ônibus. Pensava naquele olhar cúmplice e miserável. Uma desculpa para o diretor da repartição. A gurua vulgar. Não diria nada que já não houvesse dito, duvido que se convenceria. No ônibus, vários sujeitos se espremiavam com sacolas, pastas e jornais. Ninguém olhava para ninguém, todos fingiam esconder a repugnância causada pelo contato corporal inevitável. A gurua vulgar não perguntara do corte. O diretor também não perguntou nada, aliás, nem vi o diretor naquela manhã. Os funcionários estavam nervosos. Haveria mudanças sérias no governo, peixadas perderiam cargos, bagrinhos seriam demitidos. Talvez eu também fosse demitido, alertou um sujeito antipático, metido com lideranças. Marcavam uma reunião para depois do expediente, no bar do Celeste. Disse-lhe que iria, não por causa da reunião, mas porque sempre ia no bar do Celeste. O sujeito avisou outra vez que eu perderia o emprego. Respondi um lacônico "tanto faz" e dei-lhe as costas. Sentei à mesa do protocolo e abri a caixa de carimbos. Carimbar requerimentos e distribuí-los nos escaninhos era minha função. Ganhava mal, mas não

poderia ganhar mais, para levantar e abaixar o antebraço não era necessário habilitação. Estafetas tentavam subornar-me para usar o carimbo de urgência. Não aceitava suborno, em-

bora os trocados pudessem pagar os cigarros. Explicava-lhes que o carimbo de nada adiantava, não aceleraria a tramitação de nenhum requerimento. Saíam reclamando da má-vontade, eu retornava aos carimbos. "Ao Setor de Pessoal", "Ao Setor de Compras", "Ao Setor de Registros", "Dê-se Ciência ao Interessado", "Arquive-se". Todos aqueles carimbos eram odiosos e não significavam nada. Os requerimentos peregrinavam de setor em setor e acumulavam-se na mesa de funcionários incompetentes. Nada se resolvia, tudo se arquivava por decurso de prazo. Me-

lhor ser demitido e arranjar um emprego decente. Estava irritado, comecei a fumar um cigarro atrás do outro. Meu colega de protocolo ouvira a conversa com a liderança e puxou assunto. Contou que um sujeito, num livro que lia, respondia "tanto faz" para qualquer coisa. Um bom sujeito, meu colega. Gastava muito dinheiro com livros, instruía-se, mas não progredia, trabalhava na repartição há muitos anos. Parecia que lia apenas para falar de livros. Gostava de conversar com ele, era um sujeito calmo e não se envolvia com política. Saíamos sempre para almoçar. Comíamos muito pouco, eu por nojo da comida que um

garção estrábico nos servia, ele para economizar o dinheiro dos volumes que colecionava. Meu colega preferia livros que falassem de sujeitos comuns. Disse-lhe que poderia escrever uma história sobre minha vida, não muito diferente das que me contava, mas os leitores largariam a narrativa antes de terminar o primeiro parágrafo, assim como eu sentia vontade de largar o dia antes do fim do expediente. Meu colega aproveitou o intervalo para vasculhar os sebos, voltei para a repartição. O diretor trancara-se em sua sala com puxa-sacos. Funcionários menos graduados falavam das demissões. Um sujeito crente confiava no Senhor. Estranho comportamento, o do crente. Ficasse sem salário, não teria dinheiro para o Senhor nem para os bordéis que freqüentava. Quem sabe falasse de outro senhor, não sei, quem sabe não fosse hipócrita e eu estivesse fazendo mal juízo... A discussão dos funcionários me entediava, voltei para a mesa do protocolo. Precisava matar o tempo até o final da tarde e não havia serviço. De manhã tínhamos movimento, estafetas entravam e saíam da repartição, funcionários vagabundos andavam de sala em sala falando da vida alheia, outros conspiravam pelos cantos, considerando-se por isso menos vagabundos. Podia beber café e fumar, mas o café da tarde era requentado, enjoativo. Fazia parte da política de austeridade implantada pelo diretor. Café recém-passado, só pela manhã. Foi a primeira das medidas. Não sei qual foi a segunda, nem sei se foi tomada. Como reação, os funcionários passaram a sair da repartição para beber café na esquina. Também podia dar uma volta na praça e beber um café. Meu colega jamais falava durante a tarde, entretido com os livros comprados no intervalo. Paciência, no dia seguinte comentaria a leitura, assim eu ia adquirindo uma cultura subsidiária. Levantei, olhei ao redor. Todos quietos e tensos, com os ouvidos colados no rádio. O diretor continuava trancado na sala, cogitando aderir à oposição. Mudara de lado várias vezes; carrei-

rista notório, embolsava gordos proventos. Éramos todos subservientes, em maior ou menor grau, inclusive as lideranças; toleradas, legitimavam a politicalha. Lavei as mãos e preparava-me para sair, quando a liderança apareceu com um manuscrito, querendo datilografia. Era um manifesto ou coisa que o valha. Mandeí-o arrumar outro, já tinha chefes de sobra. O sujeito voltou a falar das demissões, eu certamente não seria poupado.

Ninguém olhava para ninguém, todos fingiam esconder a repugnância causada pelo contato corporal inevitável.

Exoneração, boa idéia. Melhor ainda compulsória, não teria mesmo coragem de pedi-la. Exoneração, nova horda de apadriñados, criar-se-iam mais vagabundos. Tive pena de meu colega, falta-

ria dinheiro para os livros. Que se danasse, também. Um sujeito tão letrado podia ter-se encaixado em outro lugar. Que se danassem, repetia mentalmente, caminhando para o bar do Celeste. Sentei no fundo, longe dos cachaceiros habituais, pedi um conhaque e comecei a fumar. Exoneração, boa idéia. Despejado da pensão por inadimplência, adeus dona avarenta, adeus velha hipocondríaca, adeus filha vulgar. Exoneração. Passaria fome algumas semanas, adeus comida nojenta do garção estrábico. Tinha dinheiro guardado, daria para os cigarros. Pedi outro conhaque e mais outro e mais outro. Fiquei fumando e bebendo até anoitecer, quando os sujeitos da repartição chegaram. Exaltados, falavam aos berros, o diretor fora demitido. A liderança veio dizer-me que outros sairiam, mas receberiam anistia. Bastava assinar uma lista de adesão a não sei o quê, engrossar o apoio. Não quis saber de listas, não era canalha. Que me botassem na rua, de fome não se morria. Um sujeito nervoso empurrou-me com força, defendi-me, esbarrei na parede, o corte reabriu. Miserável. Um dia inteiro fumando do lado errado para o corte cicatrizar. Miseráveis. Que se danassem. O leitor seria demitido? Não sabiam. Talvez o encontrasse na rua. Saí cambaleando, os olhos pesavam, as pernas pesavam, o corpo inteiro pesava. Adeus velha hipocondríaca, adeus filha vulgar, adeus garção estrábico. Entrei numa rua escura, que se danassem, que se danassem. Teria dinheiro para o ônibus? Que se danasse. A chave, onde estava a chave? Que se danasse. Acho que reconheci a gurua parada sob o poste de luz. A filha vulgar da velha hipocondríaca? Minha cabeça girava, caí desacordado. A gurua veio socorrer-me, ajoelhou-se e abraçou-me piedosamente, descansando minhas costas em seu ombro. Eu ofegava, sentindo o vento gelado da noite bater na minha cara, enquanto ela dizia: calma, vai ficar tudo bem.

Florianópolis, 1996